



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 2 - Inclusão e Pertencimento

Desenvolvimento de Coleções e a Formação de Acervos Antirracistas nas Bibliotecas Universitárias

*Collection Development and the Formation of Anti-Racist Collections in University
Libraries*

Jaqueline Bispo dos Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – que-
09@hotmail.com

Resumo: Este trabalho aborda sobre coleções em bibliotecas universitárias evidenciando a importância da gestão de acervos para ampliar o acesso à literatura negra, indígena e antirracista. Não tem por objetivo uma discussão aprofundada sobre o tema, mas evidenciar o papel de uma política de gestão do acervo como instrumento para esse fim. A pesquisa bibliográfica exploratória utilizou as bases BRAPCI, CAPES, SciELO e anais dos eventos ENBNA/EIBNA como fontes, e revelou escassez de estudos sobre políticas de coleções étnico-raciais. Conclui-se que bibliotecas devem fortalecer seu papel social, promovendo diversidade, pensamento crítico e enfrentamento ao racismo estrutural, para uma universidade mais plural e inclusiva.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Política de Desenvolvimento de Coleções. Literatura Negra. Literatura Antirracista. Acervo afrocentrado.

Abstract: This paper addresses collections in university libraries, highlighting the importance of collection management in expanding access to Black, Indigenous, and anti-racist literature. It does not aim to provide an in-depth discussion of the topic, but rather to highlight the role of collection management policy as a tool for this purpose. The exploratory bibliographic research used the BRAPCI, CAPES, SciELO databases and ENBNA/EIBNA event proceedings as sources, and revealed a scarcity of studies on ethnic-racial collection policies. It concludes that libraries should strengthen their social role by promoting diversity, critical thinking, and confronting structural racism, for a more pluralistic and inclusive university.





Keywords: University Library. Collection Development Policy. Black Literature. Anti-racist literature. Afrocentric collection

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado uma crescente produção literária e acadêmica com temáticas negras e étnico-raciais, refletindo movimentos sociais e políticas públicas voltadas à valorização da diversidade e ao enfrentamento do racismo estrutural no Brasil. As Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatórios o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino, impulsionaram a ampliação de conteúdos e narrativas antes marginalizadas, inclusive no âmbito universitário. Esse processo ampliou o protagonismo de autores e autoras negras e indígenas, inserindo suas produções no circuito editorial do país.

Apesar do avanço na produção de saberes antirracistas, o acesso a essas obras nas bibliotecas universitárias ainda é limitado. Mesmo sendo instituições comprometidas com a democratização do conhecimento (é importante aqui enfatizar que livros no Brasil são recursos caros, o que dificulta o acesso da comunidade em geral, inclusive a universitária), muitas bibliotecas não têm refletido, em seus acervos, a pluralidade de conhecimentos e narrativas que compõem a sociedade brasileira. Isso é devido especialmente ao atendimento restringido das bibliografias das ementas dos currículos dos cursos oferecidos pela instituição e estas muito pouco ou não refletirem essa diversidade de saberes marginalizados ou produzidos por pessoas da camada marginalizada da sociedade.

Nesse contexto, a Políticas de Desenvolvimento de Coleções, enquanto instrumento técnico e político da gestão de acervos, precisa ser revisitada sob a ótica da igualdade racial e da decolonialidade. O acervo, mais do que uma coleção de obras, é um reflexo das escolhas institucionais sobre quais saberes merecem ser preservados, divulgados e acessados. Buscou-se como referências, teóricos pesquisadores sobre Desenvolvimento de Coleções, como Valdomiro Vergueiro e Simone Weitzel e também pesquisadores da área da Ciência da informação que se debruçam sobre a temática sob o viés antirracista como Tatiane H. B. de Salles *et al* (2024), Lyvia Ravena de Sousa Martins *et al* (2021), entre outros.



Este trabalho não objetiva trazer um aprofundamento sobre o tema, mas uma abordagem geral a fim de evidenciar a importância de as bibliotecas universitárias trabalharem essa proposta na gestão dos seus acervos, observando a necessidade de uma maior abertura para reflexão sobre o acesso à literatura com temáticas étnico-raciais e antirracistas. Ao final, buscou-se propor o reconhecimento da biblioteca como um espaço estratégico na formação crítica e cidadã, defendendo que a presença dessas obras nos acervos universitários contribui para o fortalecimento de uma universidade mais plural, inclusiva e socialmente comprometida.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo de tipo exploratório, com abordagem qualitativa, cujo procedimento de coleta de dados é a pesquisa bibliográfica. As obras consultadas foram localizadas nas bases de dados BRAPCI, CAPES e Scielo Brasil e nos Anais do II Encontro Nacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (II ENBNA) e o I Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (I EIBNA) com o cruzamento dos descritores: “política de desenvolvimento de coleções”, “biblioteca universitária”, “literatura negra”, “literatura antirracista”, “afro”, “gestão do acervo”, “questões étnico raciais”. Foram poucos os resultados recuperados sobre a temática relacionada à Política de Desenvolvimento de Coleções em Biblioteca Universitária e questões étnico-raciais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A Biblioteca Universitária e o Desenvolvimento de Coleções

A Biblioteca Universitária tem como missão dar apoio à Instituição de Ensino Superior (IES) a que está vinculada, na organização e disseminação da informação e do conhecimento técnico e científico, atendendo aos cursos proporcionando o acesso às bibliografias curriculares no suporte à missão universitária dando subsídios à missão de ensino, pesquisa e extensão através dos serviços oferecidos à sua comunidade.

A BU reflete as características da situação socioeconômica da instituição. O relacionamento da universidade com seu meio ambiente se faz em função das características da universidade como organização e do seu papel social em determinado momento histórico. (Cunha & Diógenes, 2016, p. 105).



A partir desse direcionamento, esse importante setor tem a sua organização e gestão direcionados por políticas desenvolvidas pelas/os profissionais bibliotecárias/os que darão uma condução aos serviços de forma coerente e não devem ser construídos sem considerar o tipo de instituição e do perfil do público atendido. Neste estudo, será focada a política de gestão do acervo, mais conhecida como Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) para maior aprofundamento sob o viés social do documento. Conceituando basicamente o processo de desenvolvimento de coleções, Maciel e Mendonça (2000 apud Weitzel, 2012) trazem como

[...] uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais oferecerão a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção [...].

De igual forma, isso deve ser considerado em todas as demais atividades inerentes ao processo (estudo de comunidade, aquisição, desbastamento e avaliação). Para tanto, é importante conhecer a comunidade universitária, o seu perfil étnico, social, informacional e econômico para dessa forma proporcionar o acesso a leituras tão necessárias para a reflexão e debates sobre a universidade e a sociedade. Weitzel (2012, p. 180) traz o papel dessa atividade como uma estratégia social, quando diz que é “um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais”.

Ainda segundo a autora, no sentido de formular uma política norteadora dessa prática de gestão do acervo: “não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem coleccionar” (Weitzel, 2002; 2012). O ponto de partida é um direcionamento para iniciar esse processo, e o senso crítico antes e durante essa atividade é fundamental para o acervo ser coeso com o propósito da IES - onde a biblioteca tem um importante papel no cumprimento do seu fazer de ensino, pesquisa e extensão - e as necessidades informacionais da sua comunidade, para além do conhecimento técnico científico. O papel da/o bibliotecária/o não é passivo, sendo o profissional com conhecimento profundo e técnico sobre esse processo que começa justamente com o conhecimento da comunidade e estabelecendo em seguida uma política de seleção. Dessa forma, ela/e tem o poder de proporcionar ao acervo da



biblioteca universitária obras que não estejam necessariamente nas bibliografias das ementas dos cursos, mas de acordo com o perfil da comunidade atendida.

3.2 Políticas públicas no processo de equiparação do acesso aos saberes múltiplos na biblioteca universitária

As bibliotecas universitárias, como espaços de produção, organização e disseminação do conhecimento, têm sido historicamente moldadas por paradigmas eurocêntricos que privilegiam saberes hegemônicos em detrimento de epistemologias plurais. No entanto, graças às lutas persistentes dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros e indígenas, houve avanços significativos na legislação educacional brasileira que impactam diretamente esses espaços. A promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteram a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), representa um marco na valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, tornando obrigatória sua inclusão nos currículos da educação básica. Embora direcionadas ao ensino fundamental e médio, essas leis reverberam nas instituições de ensino superior, exigindo das bibliotecas universitárias uma reconfiguração de seus acervos e serviços para atender às novas demandas sociais e educacionais.

Segundo Salles et al. (2023, p. 14), “a Lei nº 10.639/2003 permitiu romper com esse apagamento e trouxe luz para um olhar afrocentrado sob as histórias contadas pelo colonizador.” Essa afirmação evidencia a urgência de se repensar os acervos universitários, que por muito tempo reproduziram narrativas únicas, silenciando vozes subalternizadas. A biblioteca universitária, nesse contexto, deixa de ser apenas um espaço técnico e passa a assumir uma função política e social, comprometida com a justiça epistêmica e com a promoção da equidade no acesso ao conhecimento.

Outro avanço importante foi a criação da Lei 12.711/2012, atualizada pela Lei 14.723/2023, que estabelece a reserva de, no mínimo, 50% das vagas universitárias com base em critérios de renda familiar, autodeclaração racial e escolaridade em instituições públicas. Essa política pública provocou uma mudança significativa no perfil dos estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES), ampliando o acesso de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+ e outras populações em situação de vulnerabilidade social. Com isso, as



bibliotecas universitárias passaram a receber um público mais diverso, o que demanda uma revisão crítica de seus acervos, serviços e práticas de mediação.

Como destaca Salles et al. (2023, p. 3), “as Bibliotecas Universitárias têm um dever além da organização e disseminação da produção científica. [...] ao acolher novos usuários, através das ações afirmativas, por exemplo, é dever da Biblioteca Universitária também pensar e repensar seus produtos e serviços, incluindo seu acervo.” Essa reflexão aponta para a necessidade de uma atuação consciente da/o profissional bibliotecária/o, que deve compreender as transformações sociais e educacionais em curso e responder a elas com ações concretas e comprometidas com a inclusão.

A adequação das bibliotecas universitárias à nova realidade social exige um trabalho contínuo de mediação de saberes, que vá além da técnica e incorpore práticas culturais e sociais alinhadas ao perfil da comunidade acadêmica. Essa mediação deve se materializar, sobretudo, na composição dos acervos, que precisam refletir a pluralidade de vozes, experiências e conhecimentos presentes na sociedade brasileira. Como afirmam Martins, Chaves e Sobrinho (p. 31), “essa ação contribui ainda para a efetivação da Lei 10.639/03, bem como a preparação de profissionais preocupados em realizar a difusão da história e cultura africana de modo descolonizado e antirracista.”

A construção de uma política de desenvolvimento de coleções, portanto, deve ser orientada por critérios técnicos, analíticos e socialmente conscientes. Vergueiro (1989, apud Salles et al., 2023, p. 3) ressalta que “as coleções não se desenvolvem no vazio, fruto da geração espontânea [...] elas devem ser elaboradas conforme as necessidades e características da comunidade atendida.” Nesse sentido, investir na inserção de obras literárias negras, indígenas e antirracistas é uma forma de reconhecer e valorizar narrativas que foram historicamente marginalizadas, contribuindo para a superação do apagamento promovido pelas elites sociais, científicas e políticas.

A política de desenvolvimento de coleções deve ser compreendida como um processo dinâmico e contínuo, capaz de se adaptar às transformações sociais e acadêmicas. É necessário romper com o modelo fundacional das universidades brasileiras, marcado pelo eurocentrismo e pelo epistemicídio — conceito definido por



Santos (1998, apud Martins et al., 2022) como “o processo político cultural no qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como via para manter ou aprofundar essa subordinação.” A superação desse paradigma exige uma atuação crítica e engajada da/o bibliotecária/o, que deve reconhecer seu papel como agente ativo na construção de acervos mais representativos e inclusivos.

Como reforça Salles et al. (2023, p. 4), “[...] a pessoa bibliotecária não é um agente passivo na construção do acervo”, mas sim alguém que conhece as diretrizes para a elaboração e gestão de políticas de informação e que pode oportunizar o acesso a obras literárias decoloniais, revelando a pluralidade social, acadêmica e literária. A/o bibliotecária/o tem o poder de decisão sobre a inserção de obras afrocentradas e antirracistas, contribuindo diretamente para o rompimento do apagamento histórico e para a construção de uma memória coletiva mais justa e diversa.

A presença de livros que abordam múltiplas autorias, sujeitos, culturas e saberes subalternizados é fundamental para romper com o modelo que perpetuou invisibilizações e silenciamentos. Como afirmam Tanus e Souza (2022, p. 3, apud Salles et al., 2023), “a presença da materialidade do livro das múltiplas autorias, sujeitos, culturas, conhecimentos subalternizados pelo pensamento colonial pode romper com o modelo que contribuiu para as invisibilizações e silenciamentos.” Além disso, a/o bibliotecária/o que compreende as relações étnico-raciais no Brasil pode adquirir obras que promovam reflexões sobre a desqualificação histórica da população negra, tornando-se um agente de transformação social dentro da universidade.

A leitura de intelectuais negros e indígenas torna-se imprescindível não apenas para compreender a sociedade brasileira, mas também para dar visibilidade a vozes que foram silenciadas. Como afirma Salles et al. (2023, p. 17), “a leitura destes intelectuais torna-se imprescindível para compreender a sociedade e, mais importante, dar visibilidade para esses que estão falando pelos orifícios da máscara do silenciamento.”

Contudo, é necessário evitar a redução da produção intelectual negra ao tema do racismo. Como alerta Ribeiro (2019, p. 24, apud Martins, Chaves & Sobrinho), “não podemos reduzir a produção de pessoas negras ao tema racismo quando estes pesquisam sobre temas diversos.” A valorização de narrativas diversas vai além da



denúncia do preconceito estrutural; trata-se de reconhecer a multiplicidade de saberes e contribuições desses sujeitos em diferentes áreas do conhecimento.

A biblioteca universitária, como espaço de formação cidadã e plural, deve refletir esse compromisso em seu acervo. Le Coadic (2004, citado por Martins et al., 2022) defende que “a biblioteca deve ser um ambiente de incentivo e possibilidade no acesso a conhecimentos plurais, correspondendo à função humanística e social.” Acrescentar obras sobre a temática africana e afro-brasileira é uma forma de retratar a história, a memória e a cultura desses povos, cuja contribuição para a construção do Brasil é frequentemente ignorada na educação formal.

A política pública representada pela Lei 10.639/03, mais uma vez, se mostra essencial para a formação de profissionais comprometidos com a difusão da história e cultura africana de forma descolonizada e antirracista (Martins et al., p. 25). Essa transformação começa pela conscientização da/o bibliotecária/o, que deve atuar com propósito firme, e não apenas para atender demandas pontuais. Embora haja um crescimento na produção de obras negras e afrocentradas, elas ainda enfrentam barreiras para serem reconhecidas nos espaços formais de conhecimento, como escolas, universidades e bibliotecas (Tanus & Tanus, 2022).

Essa exclusão simbólica pode ser enfrentada por meio de políticas de gestão de acervo que questionem os critérios tradicionais de seleção, como a valorização de obras “clássicas”, “canônicas” e “universais”, quase sempre eurocêntricas. O processo de desconstrução desse sistema exige um trabalho interno da/o bibliotecária/o, que deve buscar a conscientização sobre a existência e relevância dos saberes indígenas, afro-brasileiros e latinos, aplicando esse entendimento na construção ou reformulação das políticas de acervo. Cada etapa desse processo deve refletir um compromisso ético com a justiça epistêmica e com o antirracismo, em uma postura ativa e transformadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário analisado, é evidente que a biblioteca universitária, enquanto espaço estratégico de formação acadêmica, científica e cidadã, precisa reconhecer sua responsabilidade social e política na superação das desigualdades



históricas que marcam o acesso à informação e à produção de conhecimento. Como instituição integrante de um sistema educacional ainda marcado pelo racismo estrutural e pela colonialidade do saber, a biblioteca não pode se eximir de seu papel na promoção de justiça epistêmica.

As políticas de desenvolvimento de coleções devem ser revisadas sob uma perspectiva crítica, que compreenda o acervo como campo de disputa simbólica e ideológica, mas também de agregação de saberes diversos. O combate ao epistemicídio passa pelas fontes de conhecimentos diversos, do estímulo ao pensamento crítico em que os usuários questionam estruturas de poder, paradigmas científicos e práticas acadêmicas excludentes. Consequentemente, nesse sentido, a Ciência Aberta é uma garantia de acesso aos saberes subjugados, relacionando-se diretamente com a democratização dos saberes científicos.

A ausência ou a marginalização de produções de autoria negra, indígena e de outras populações historicamente excluídas evidencia que o processo de seleção, aquisição e representação do conhecimento precisa ser atravessado por critérios de diversidade, inclusão e equidade.

Como discutido ao longo deste trabalho, o crescimento da produção literária e acadêmica negra e antirracista, associado às diretrizes legais como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, impõe às bibliotecas universitárias o dever de garantir que essas vozes estejam presentes e acessíveis em seus acervos. Mais do que cumprir dispositivos legais, trata-se de uma escolha ética e política em favor da pluralidade de saberes e da reparação histórica.

A atuação da/o bibliotecária/o é central nesse processo. Cabe a esse profissional não apenas operar tecnicamente a gestão do acervo, mas assumir uma postura crítica, consciente e engajada, que permita ajustar as práticas tradicionais e dar visibilidade às epistemologias e literaturas marginalizadas. E isso também implica romper com a ideia de que a produção intelectual negra se resume ao tema do racismo, valorizando sua presença transversal em todas as áreas do conhecimento.

A biblioteca universitária precisa, portanto, refletir os sujeitos que nela estão e os saberes que deles emergem. Inserir obras decoloniais e afrocentradas nos acervos não é apenas um gesto de inclusão, mas uma afirmação de que outras formas de



conhecer, narrar e interpretar o mundo são legítimas e indispensáveis. Ao assumir essa postura, as bibliotecas se tornam verdadeiros territórios de resistência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Versão corrigida 2:2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Citações em documentos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Abnt, 2023. 19 p. Disponível em: https://www.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/2023_abnt-10520-ufpb.pdf/view. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012.

MARTINS, L. R. S.; CHAVES, I. T.; CAVATI SOBRINHO, H. Do desenvolvimento de coleções à formação de acervo afrocentrado: uma análise do sistema de bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v., n. esp, 2022.

SALLES, T. H. B. de; FRANÇA, M. C.; SANTANA, M. B. de; FURNIVAL, A. C. M.; GRACIOSO, L. de S. A importância de obras decoloniais nos acervos de bibliotecas universitárias. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2088>. Acesso em: 23 abr. 2025.

WEITZEL, S. R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, [S. l.], v. 24, n. 3, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/116402>. Acesso em: 23 abr. 2025.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário de. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palavra chave**, Ensenada, v. 12, n. 1, e170, oct. 2022. Disponível em https://www.scielo.org/ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122022000200170&lng=es&nrm=iso. Acesso em 20 jun. 2025.